



## ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 2ª VARA DO TRABALHO DE SANTA RITA

Equipe de Correição: Adalcídio Pereira Júnior, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Cleybson Ferraz Cascimiro, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Maria Elizabete dos Santos Melo, Reginaldo Pires Moura Brasil, Silvana Marsicano Franca, Simone Farias Perrusi, Talita Simões Leão e Valdevina Félix da Costa Pereira.

Jurisdição	Baía da Traição, Caldas Brandão, Capim, Cruz do Espírito Santo, Cuité de Mamanguape, Curral de Cima, Gurinhém, Itabaiana, Itapororoca, Jacaraú, Juripiranga, Lucena, Mamanguape, Marcação, Mataraca, Pedras de Fogo, Pedro Régis, Pilar, Riachão do Poço, Rio Tinto, Salgado de Sao Felix, Santa Rita, São José dos Ramos, São Miguel de Taipu, Sapé, Sobrado
Normativo de criação	RA nº 048/2019 e Ato TRT SGP nº 175/2019
Data de instalação	4/6/2019
Data da última correição	1º/6/2019 a 31/7/2020
Período de correição	1º/9/2020 a 31/8/2021

Aos 06 dias do mês de outubro de 2021, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Vice-Presidente e Corregedor **THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da 2ª Vara do Trabalho de Santa Rita, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região,



conforme Edital de Correição nº 27/2021 publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico. O Desembargador Corregedor foi recebido pelo Juiz Substituto, no exercício da titularidade, Marcello Wanderley Maia Paiva, pelo Juiz Substituto, José Guilherme Marques Júnior, pelo Diretor de Secretaria e demais servidores lotados na Unidade Judiciária.

Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas SUAP, e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de **1º/9/2020 a 31/8/2021** (12 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

## 1. ESTRUTURA FUNCIONAL

### 1.1 Magistrado Titular

Juiz Substituto no exercício da titularidade	Titularidade na Unidade
Marcello Wanderley Maia Paiva	Ato TRT13 SCR nº 24/2021, de 18/06/2021

### Magistrado substituto fixo

Juiz Substituto Fixo	Fixação na Unidade
Jose Guilherme Marques Junior	12/5/2021

### 1.2 Servidores lotados na Unidade

A 2ª Vara do Trabalho de Santa Rita conta, atualmente, com **10** servidores:



Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Antony Cândido Neves da Silva Neto	Técnico Judiciário – Assistente III	4/12/2019
Heitor Eustaquio Pereira Lemos	Técnico Judiciário – Calculista	18/12/2019
Jose Jácio da Fonseca Furtado	Técnico Judiciário – Assistente V	2/6/2019
Maria Cristina Bargetzi Teixeira de Carvalho Roque	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	20/5/2021
Patricia Cristina Felix Medeiros	Técnico Judiciário – Assistente III	2/6/2019
Rafaela Nogueira Trajano	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	8/7/2021
Romero Dantas Maia	Técnico Judiciário – Assistente V	2/6/2019
Sony Regina Silveira Braga	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	2/6/2019
Suzana Lima da Silva	Técnico Judiciário – Assistente V	2/6/2019
Welton da Silva Mangueira	Técnico Judiciário – Diretor de Secretaria	28/6/2021

A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por faixa processual no sistema PJe, segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria.

## 2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 2ª Vara do Trabalho de Santa Rita contabilizava, em 31/8/2021, um acervo processual de **1.515** processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	637
Fase de liquidação	12

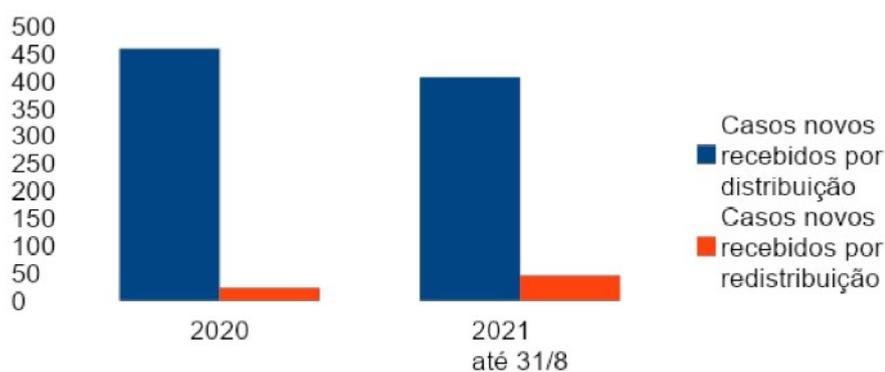


Fase de execução	853
Cartas precatórias e de ordem	13
<b>TOTAL</b>	<b>1.515</b>

## 2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

### 2.1.1 Casos novos

Item	2020	2021 até 31/8
Casos novos recebidos por distribuição	458	406
Casos novos recebidos por redistribuição	23	45
<b>TOTAL</b>	<b>481</b>	<b>451</b>



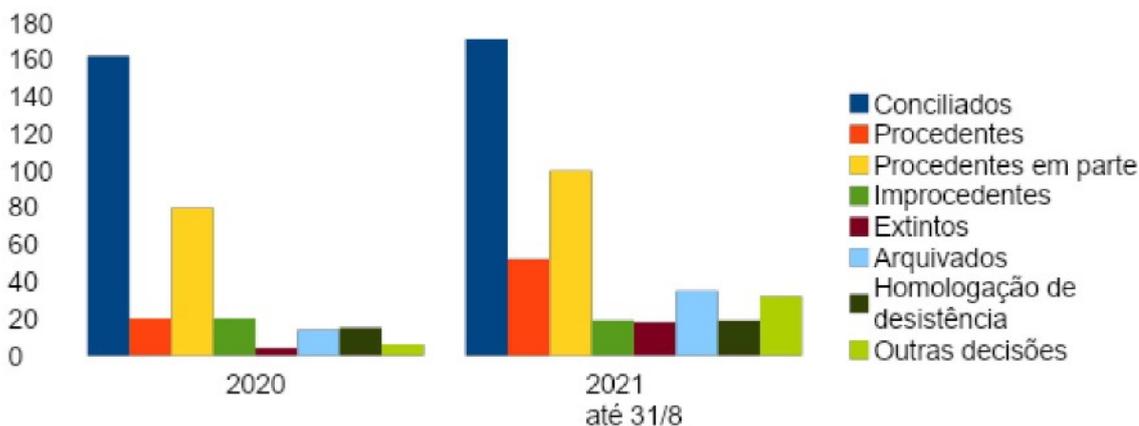
No período correicionado há registro de 01 processo recebido com sentença reformada pela instância superior (0000033-93.2019.5.13.0015).

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correicionado (setembro/2020 a agosto/2021):



## 2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

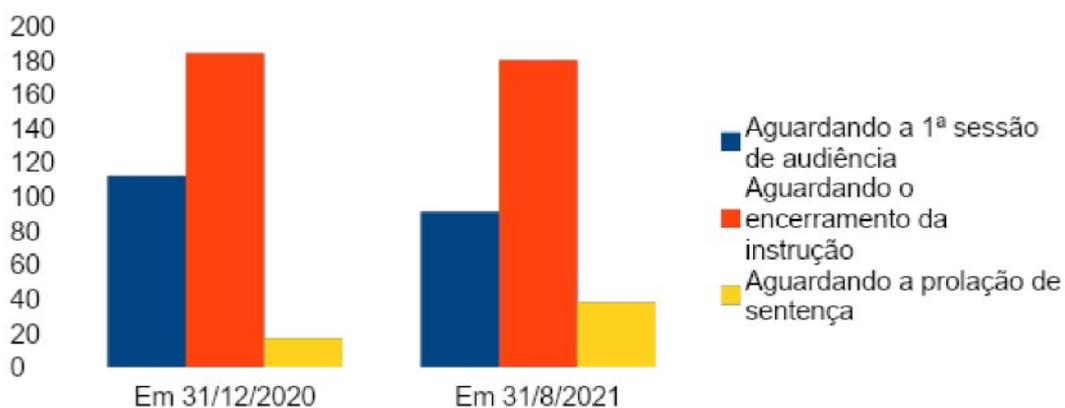
Item	2020	2021 até 31/8
Conciliados	162	171
Procedentes	20	52
Procedentes em parte	80	100
Improcedentes	20	19
Extintos	4	18
Arquivados	14	35
Homologação de desistência	15	19
Outras decisões	6	32
<b>TOTAL</b>	<b>321</b>	<b>446</b>



### 2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2020	Em 31/8/2021
Aguardando a 1ª sessão de audiência	112	91
Aguardando o encerramento da instrução	184	180
Aguardando a prolação de sentença	17	38
<b>TOTAL</b>	<b>313</b>	<b>309</b>



### 2.4 Pendentes de finalização (Fonte: Hórus)



Saldo residual dos processos que não foram finalizados\*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2020	2021 até 31/8	Variação (%) 2020/2021
Fase de conhecimento	672	637	-5,21%
Fase de liquidação	54	12	-77,78%
Fase de execução	1168	853	-26,97%

\*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução.

Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

### 3. PANORAMA DAS AUDIÊNCIAS

#### 3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo

Tipo Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	246	102	34	310	0
Conciliação em Conhecimento	11	13	5	12	0
Conciliação em Execução	3	4	4	15	5
Una	0	4	11	0	5
Instrução	1	46	53	7	4



Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Unidade correicionada realiza audiências, ordinariamente, de segunda a quinta-feira. Caso necessário, também há designação de audiências nas sextas-feiras.

### 3.2. Audiências realizadas na jurisdição de Santa Rita

MÊS	1ª VTSR	2ª VTSR
09/20	66	100
10/20	82	74
11/20	126	99
12/20	53	58
01/21	22	34
02/21	68	62
03/21	95	72
04/21	59	90
05/21	77	92
06/21	92	70
07/21	146	81
08/21	145	105
<b>TOTAL</b>	<b>1.031</b>	<b>937</b>

## 4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

### 4.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Item	2020	2021 até 31/8
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	69	80
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	38	154
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	111	146



Da conclusão a prolação de sentença	31	17
Do ajuizamento até a prolação da sentença	113	152

## 5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2020	2021 até 31/8
Embargos de declaração	Recebidos	56	66
	Baixados	63	61
	Pendentes	7	12
Tutela Provisórias	Recebidos	47	41
	Apreciadas	34	40
	Pendentes	15	8
Liquidação/ Execução	Recebidos	24	33
	Baixados	12	18
	Pendentes	8	16

## 6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

1º/9/2020 a 31/8/2021			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	172	132	40
Recurso adesivo	7	5	1
Agravo de petição	38	23	11
<b>Total</b>	<b>217</b>	<b>160</b>	<b>52</b>

## 7. DURAÇÃO DO PROCESSO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o



ano-base **2020**: **114** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **184** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **139** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **31/8**, é de **151** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e, de **192** dias, para o rito ordinário, perfazendo uma média de **168** dias.

Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **113** dias, para o ano base **2020** e de **152** dias, relativo a este ano de **2021**, até **31/8** .

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício **2020**, foi de **292** dias, e de **579** dias, referente ao exercício atual até o dia **31/8** .

## 8. FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: e-Gestão e Hórus)

Item	2020	2021 até 31/8
Execuções pendentes no início do período	1143	1086
Execuções iniciadas	246	232
Desarquivados	68	305
Recebidos de outros Órgãos	-	19
Execução de título extrajudicial	-	-
Execuções encerradas	299	612
Remetidos a outros Órgãos	-	3
Processos arquivados provisoriamente	77	36
Execuções pendentes ao final do período	1.086	758

Observe-se o gráfico contendo a relação entre número de execuções iniciadas e encerradas, por mês, no período correccionado (setembro/2020 a



agosto/2021):



## 9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)		
Item	2020	2021 até 31/8
Acordo	R\$ 2.150.189,06	R\$ 2.039.515,83
Espontâneo	R\$ 520.348,87	R\$ 988.214,87
Execução	R\$ 758.598,85	R\$ 1.950.712,39
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 3.429.136,78</b>	<b>R\$ 4.978.443,09</b>

VALORES ARRECADADOS (R\$)		
Item	2020	2021 até 31/8
Custas/Emolumentos	R\$ 50.699,41	R\$ 95.176,67
Contribuição previdenciária	R\$ 324.398,81	R\$ 642.841,77
Imposto de renda	R\$ 5.615,37	R\$ 36.427,22
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 380.713,59</b>	<b>R\$ 774.445,66</b>

## 10. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

### 10.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou o Desembargador Corregedor que há utilização pelo Juízo de alguns sistemas eletrônicos da execução:



PERÍODO CORREICIONADO 1º/9/2020 a 31/8/2021		
Item		Quantidade
SISBAJUD		107
INFOJUD		38
SIMBA		-
RENAJUD		89
BNDT	Pendentes (PJe)	<b>345</b>
	Incluídos (PJe)	<b>45</b>

#### 11. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

<b>Meta 1/2020 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente</b>	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	93,19%
Unidade Correicionada	68,51%

<b>Meta 1/2021 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	103,57%
Unidade Correicionada	103,96%

Para efeito de controle da **Meta 1/2021**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **405** casos novos (por distribuição) e **421** com primeiro julgamento, atingindo o percentual de **103,96%**.

<b>Meta 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12/2020, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2018, nos primeiro e segundo graus</b>	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,06% da Meta 2
	98,49% dos processos distribuídos até 31/12/2018



Unidade Correicionada	-
	-

**Meta 2/2021 – Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019 nos 1º e 2º graus**

IPA – Índice de julgamento de processos antigos

Unidades de primeiro grau do TRT	103,59% da Meta 2
	96,34% dos processos distribuídos até 31/12/2019
Unidade Correicionada	93,48% da Meta 2
	86,94% dos processos distribuídos até 31/12/2019

**Meta 3/2020– Manter o índice de conciliação, na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2017/2018**

IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 39,40% em 2020

Unidades de primeiro grau do TRT	105,13% da Meta 3
	41,36% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	143,99% da Meta 3
	56,65% de índice de conciliação

**Meta 3/2021 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual**

IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 37,38%

Unidades de primeiro grau do TRT	103,47% da Meta 3
	39,84% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	128,79% da Meta 3
	49,59% de índice de conciliação

**Meta 5/2020 – Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente**

Unidades de primeiro grau do TRT	100,97%
----------------------------------	---------



Unidade Correicionada	82,39%
-----------------------	--------

**Meta 5/2021 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 2 pontos percentuais, exceto execuções fiscais, em relação a 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%**

Unidades de primeiro grau do TRT	87%
Unidade Correicionada	93,28%

Indicadores								
Período	BaixCon	BaixExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL	
2021-01	34	26	363	451	91,44	94,55	93,14	
2021-02	32	36	402	427	85,90	87,32	86,62	
2021-03	39	42	406	383	79,45	78,64	79,06	
2021-04	38	20	405	381	73,91	75,45	74,64	
2021-05	37	35	423	376	70,15	70,28	70,21	
2021-06	38	32	443	386	67,02	66,90	66,96	
2021-07	85	222	405	345	57,20	45,51	51,16	
2021-08	83	178	371	361	49,01	37,92	42,83	

**Meta 6/2020 – Identificar e julgar, até 31/12/2020, 95% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau e até 31/12/2018 no 2º grau**

IPJ – Índice de Processos Julgados

Unidades de primeiro grau do TRT	105,27%
Unidade Correicionada	-

**Meta 7/2020 – Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior**

IPJ – Índice de Processos Julgados

Unidades de primeiro grau do TRT	89,23%
Unidade Correicionada	84,33%

## 12. AFERIÇÃO DE DESEMPENHO EM ÂMBITO NACIONAL - IPC-Jus e Igest

O índice de produtividade comparada da Justiça busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, produzido com base no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), no Índice de Produtividade dos Servidores (IPS), na Despesa Total do Tribunal e na Taxa de Congestionamento Líquida (TCL).

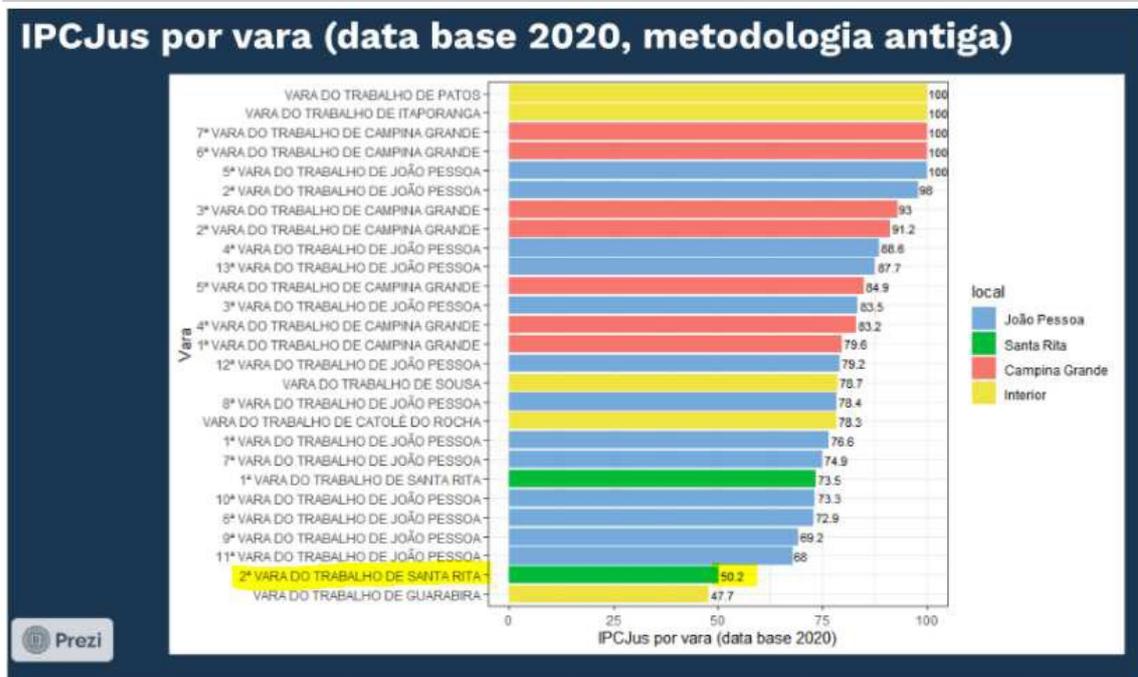


Embora os dados individualizados por vara do trabalho não tenham sido fornecidos pelo CNJ, por meio de estudo das formas de cálculos utilizadas, a AGE indica, no que se refere aos baixados entre 2019 e 2020, um decréscimo no percentual de 16%:

### Comparação entre taxas de baixados 2019/2020

VARA	Taxa de baixados 2019	Taxa de baixados 2020	Varição 2019 - 2020
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	49	68 ▲	39%
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	66,3	66,1 ▬	0%
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	43,7	58,6 ▲	34%
VARA DO TRABALHO DE CATOLÉ DO ROCHA	42,3	54,7 ▲	29%
VARA DO TRABALHO DE SOUSA	56,4	53,2 ▼	-6%
5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	51,8	52,8 ▬	2%
1ª VARA DO TRABALHO DE SANTA RITA	51,4	52,7 ▬	3%
2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	55,8	52,1 ▼	-7%
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	49	50,3 ▬	3%
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	63,7	48,5 ▼	-24%
VARA DO TRABALHO DE ITAPORANGA	35	47,6 ▲	36%
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	53,5	46,1 ▼	-14%
4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	47,3	46 ▬	-3%
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	57	45,1 ▼	-21%
1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	47,9	45,1 ▼	-6%
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	39,2	44,9 ▬	15%
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	42,6	44,4 ▬	4%
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	53,4	43,5 ▼	-19%
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	48,7	42,8 ▼	-12%
7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	44,7	42,7 ▬	-4%
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	47,6	41,1 ▼	-14%
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	33,5	38,4 ▬	15%
VARA DO TRABALHO DE PATOS	43,1	35,1 ▼	-19%
2ª VARA DO TRABALHO DE SANTA RITA	41	34,4 ▼	-16%
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	34,5	30,6 ▼	-11%
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	33,3	28,8 ▼	-14%
VARA DO TRABALHO DE GUARABIRA	28,7	21 ▼	-27%

Foi, também, elaborada pela AGE uma estimativa do índice IPC-Jus por unidade judiciária, havendo a 2ª Vara do Trabalho de Santa Rita atingido o percentual aproximado de 68%.



Considerando-se as variáveis analisadas pelo CNJ, o que se observa é que o fator principal a ser buscado pelas unidades judiciárias é o aumento de processos baixados, obtido com o incremento da produtividade de magistrados e servidores. Observa-se, dos dados a seguir apresentados, um pequeno aumento nos quantitativos de processos baixados da unidade judiciária correicionada, no que se refere à fase de conhecimento entre os anos de 2019 e 2020, e, proporcionalmente, aumento dos baixados no ano de 2021 até agosto, enquanto que, na fase de execução, houve aumento no decorrer dos anos, valendo ressaltar que a unidade judiciária foi criada em 2019.

Processos baixados	2019	2020	2021 até 31/08
Fase de conhecimento	348	370	452
Fase de execução	110	274	789

Comparativo por jurisdição - 2019 (baixados/conhecimento)



Vara do Trabalho

1ª VARA DO TRABALHO DE SANTA RITA	1.138
2ª VARA DO TRABALHO DE SANTA RITA	348

Comparativo por jurisdição - 2020 (baixados/conhecimento)

Vara do Trabalho

1ª VARA DO TRABALHO DE SANTA RITA	708
2ª VARA DO TRABALHO DE SANTA RITA	370

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/conhecimento - até agosto/2021)

Vara do Trabalho

1ª VARA DO TRABALHO DE SANTA RITA	401
2ª VARA DO TRABALHO DE SANTA RITA	388

Comparativo por jurisdição - 2019 (baixados/execução)

Vara do Trabalho

1ª VARA DO TRABALHO DE SANTA RITA	391
2ª VARA DO TRABALHO DE SANTA RITA	110

Comparativo por jurisdição - 2020 (baixados/execução)

Vara do Trabalho

1ª VARA DO TRABALHO DE SANTA RITA	332
2ª VARA DO TRABALHO DE SANTA RITA	274

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/execução - até agosto/2021)

Vara do Trabalho

2ª VARA DO TRABALHO DE SANTA RITA	591
1ª VARA DO TRABALHO DE SANTA RITA	290

Deverá a unidade judiciária intensificar a inclusão de processos em pautas de audiências telepresenciais, iniciais, de instrução e conciliatórias, bem assim a utilização de ferramentas eletrônicas na fase de execução, com vistas à



diminuição do acervo de processos, medidas que decerto contribuirão para a elevação do índice IPC-Jus.

Em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - Igest, a 2ª Vara do Trabalho de Santa Rita encontra-se na **841ª colocação**, entre as 1570 varas do país (**2º quartil**).

Já no quadro comparativo entre as 3 mais bem colocadas Varas do Trabalho com quantitativo de casos novos entre 1001 e 1500 (707 varas no total), a 2ª Vara do Trabalho de Santa Rita encontra-se com as seguintes colocações conforme os mesoindicadores (período de referência 1º/07/2020 a 30/06/2021):

TRT/Vara	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtividade	Taxa de congestionamento	Força de trabalho
23ª Região - MT - 1ª Vara de Nova Mutum	1º	63º	3º	23º	2º	21º
8ª Região - PA e AP - 17ª Vara de Belém	2º	1º	1º	259º	1º	127º
3ª Região - MG - 1ª Vara de São Sebastião do Paraíso	3º	5º	63º	13º	8º	26º
<b>13ª Região - PB - 2ª Vara de Santa Rita</b>	<b>362º</b>	<b>528º</b>	<b>91º</b>	<b>241º</b>	<b>417º</b>	<b>499º</b>

São apresentadas, ainda, as seguintes variáveis para as mesmas Varas do Trabalho acima indicadas:

TRT/Vara	IGEST	Prazo na fase de conhecimento	Prazo na fase de liquidação	Prazo na fase de execução
23ª Região - MT - 1ª Vara de Nova Mutum	1º	73,22	52,43	322,41



8ª Região - PA e AP - 17ª Vara de Belém	2º	64,73	-	226,94
3ª Região - MG - 1ª Vara de São Sebastião do Paraíso	3º	94,43	72,91	968,69
<b>13ª Região - PB - 2ª Vara de Santa Rita</b>	<b>362º</b>	<b>146,73</b>	<b>305,28</b>	<b>372,31</b>

TRT/Vara	IGEST	Baixados na fase de conhecimento	Baixados na fase de execução	Servidores ativos
23ª Região - MT - 1ª Vara de Nova Mutum	1º	1.564	373	13
8ª Região - PA e AP - 17ª Vara de Belém	2º	665	298	10
3ª Região - MG - 1ª Vara de São Sebastião do Paraíso	3º	1.240	439	11
<b>13ª Região - PB - 2ª Vara de Santa Rita</b>	<b>362º</b>	<b>394</b>	<b>337</b>	<b>10</b>

Observando os mesoindicadores do eGestão, pode-se fazer o comparativo entre os períodos de referência de um ano cada, finalizados nos meses de setembro e dezembro/2020, março e junho/2021, estando a 2ª Vara do Trabalho de Santa Rita nas seguintes colocações entre todas as 1.570 varas do país (consulta realizada em 04/10/2021):

MÊS	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtivi- dade	Taxa de congestio- namento	Força de trabalho
setembro 2020	556º	334º	96º	927º	1.111º	1.238º
dezembro 2020	872º	1.130º	152º	738º	1.105º	1.167º
março 2021	760º	1.169º	143º	526º	876º	975º



junho 2021	841°	1.127°	224°	673°	989°	1.034°
---------------	------	--------	------	------	------	--------

A título ilustrativo, também em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - IGest, as Varas do Trabalho de Santa Rita encontram-se com as seguintes colocações, entre as 1.570 varas do país:

Vara	Colocação no IGEST
1ª	298°
2ª	841°

Ainda para demonstrar os números obtidos pela 2ª Vara do Trabalho de Santa Rita, no que se refere aos prazos de janeiro a agosto de 2021:

Ajuizamento até a prolação da sentença	
2ª Vara do Trabalho de Santa Rita	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
152,1 dias	196,7 dias
Início ao encerramento da liquidação	
2ª Vara do Trabalho de Santa Rita	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
95,5 dias	209,8 dias

Início à extinção da execução - ente privado	
2ª Vara do Trabalho de Santa Rita	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
589 dias	994,4 dias
Início à extinção da execução - ente público	

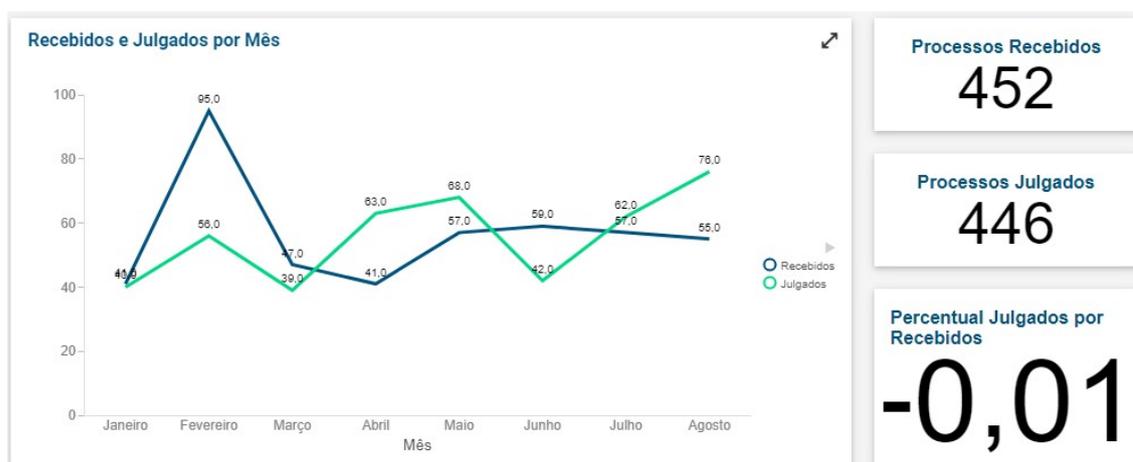


2ª Vara do Trabalho de Santa Rita	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
543,8 dias	799,1 dias
<b>Do ajuizamento da ação até o arquivamento no 1º grau</b>	
2ª Vara do Trabalho de Santa Rita	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
579,3 dias	1.045 dias

Com relação ao percentual de processos julgados por recebidos no período de janeiro a agosto de 2021, o Portal e-Gestão, em consulta realizada no dia 04/10/2021, apresenta os seguintes dados:

Percentual de processos julgados por recebidos	
2ª Vara do Trabalho de Santa Rita	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
-1,3%	-0,6%

Os números da unidade podem ser observados no gráfico:



**JUÍZES**



### 13 AFASTAMENTOS DE JURISDIÇÃO

**Juiz Substituto, no exercício da titularidade, Marcello Wanderley Maia Paiva** (Fonte: SUAP e PROAD)

Motivação	Processo Administrativo	Período	Dias
-	-	-	-

**Juiz Substituto José Guilherme Marques Júnior** (Fonte: SUAP e PROAD)

Motivação	Processo Administrativo	Período	Dias
Férias	Protocolo TRT nº 6963/2020	1º/7/2021 a 20/7/2021	20

#### 13.1 Assiduidade dos magistrados

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face do Magistrado no exercício da titularidade e dos Juízes que atuaram na Vara durante o período correccionado.

#### 13.2 Audiências realizadas (1º/9/2020 a 31/8/2021) (Fonte: Hórus)

Magistrado	Una	Instrução	Inq. Testem.	Encer. Instr.	Inicial	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
João Agra Tavares de Sales	6	15	1	9	246	16	12	305
Lindinaldo Silva Marinho	-	2	-	-	8	1	-	11
Karolyne Cabral Maroja Limeira	3	8	-	-	25	3	-	39
Jose Guilherme Marques Junior	5	35	-	2	81	3	7	133
Jose Artur da Silva Torres	6	23	-	15	245	16	11	316
Marcello Wanderley Maia Paiva	-	31	-	3	95	2	1	132

#### 13.3 Incidentes julgados (Fonte: Hórus)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação/Execução	Total
-------------	------------------------	-----------------------	---------------------	-------



Marcello Wanderley Maia Paiva	36	12	6	54
Karolyne Cabral Maroja Limeira	2	2	-	4
Jose Artur da Silva Torres	11	11	8	30
Jose Guilherme Marques Junior	7	8	2	17
João Agra Tavares de Sales	12	20	1	33

#### 14. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS - SOLUCIONADOS (Fonte: Hórus)

Magistrado	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência /Outras Decisões	
João Agra Tavares de Sales	75	20	38	1	-	6	-	29	169
Jose Artur da Silva Torres	93	23	24	7	-	15	4	9	175
Jose Guilherme Marques Junior	23	3	2	-	-	9	1	4	42
Karolyne Cabral Maroja Limeira	6	5	9	4	-	5	2	3	34
Lindinaldo Silva Marinho	3	2	3	1	-	1	-	2	12
Marcello Wanderley Maia Paiva	39	8	36	8	2	5	9	11	118

No período correccionado, o(a) Juiz substituto no exercício da titularidade, Marcello Wanderley Maia Paiva, laborou 92 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,28 processo/dia. O Juiz substituto, José Guilherme Marques Junior, laborou 103 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 0,41 processo/dia.



Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, não é razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

#### 14.1 Processos sentenciados por classe processual (Fonte: Hórus)

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	272
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	175
Homologação da Transação Extrajudicial	70
Consignação em Pagamento	15
Embargos de Terceiro Cível	6
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	6
Alvará Judicial - Lei 6858/80	2
Tutela Antecipada Antecedente	2
Ação de Cumprimento	2
Produção Antecipada da Prova	1

#### 15. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrado	Sentenças Líquidas	%
Lindinaldo Silva Marinho	5	100%
João Agra Tavares de Sales	57	98,28%
Karolyne Cabral Maroja Limeira	6	42,86%
Marcello Wanderley Maia Paiva	43	97,73%
Jose Artur da Silva Torres	42	89,36%
Jose Guilherme Marques Junior	5	100%

#### 16. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrado	Total
João Agra Tavares de Sales	166
José Artur da Silva Torres	174
José Guilherme Marques Junior	39



Karolyne Cabral Maroja Limeira	34
Lindinaldo Silva Marinho	12
Marcello Wanderley Maia Paiva	115

### 16.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 17 dias

Magistrado	Dias
João Agra Tavares de Sales	26
José Artur da Silva Torres	16
José Guilherme Marques Junior	20
Karolyne Cabral Maroja Limeira	4
Lindinaldo Silva Marinho	17
Marcello Wanderley Maia Paiva	10

### 17. OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2020 e a presente correição, o primeiro ciclo do observatório foi relativo aos meses de janeiro e abril de 2021, tendo sido apresentada resposta pela unidade judiciária em 12/07/2021.

O juiz substituto no exercício da titularidade, que assumiu a unidade em junho do corrente ano, destacou que a 2ª Vara do Trabalho de Santa Rita recebeu o acervo das Varas do Trabalho de Itabaiana e Mamanguape, e servidores com pouca experiência, tendo sido implementados novos procedimentos com vistas à otimização das rotinas.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria Unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição ->Observatório Dashboard.

### 18. GARIMPO



De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT SCR 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foi registrado, até 31/08/2021, os seguintes pagamentos:

Devolução ao reclamado - conta existente	R\$ 11.756,41
Pagamento ao advogado - conta existente	R\$ 200,00
Pagamento ao perito - conta existente	R\$ 400,00
Valor convertido em renda - União Federal - Alvará pela Corregedoria	R\$ 4.653,12
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 17.009,53</b>

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR 04/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, fato não ocorrido, por exemplo, nos processos 0130104-62.2014.5.13.0015, 0000122-62.2019.5.13.0033, 0000455-39.2017.5.13.0015, 0000178-57.2016.5.13.0015.

O Corregedor destaca a necessidade de que sejam tomadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

## 19. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS



Foram analisados 50 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT SCR nº 067/2020, havendo a prolação de 21 despachos correicionais no PJe.

Concede o Desembargador Corregedor o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

Segundo informações prestadas pelo supervisor da Ouvidoria, conforme artigo 2º, II, a, do Ato TRT SCR nº 067/2020, foram registradas 02 ocorrências nos últimos seis meses, atinentes a um pedido de informação e demora na designação de audiência, todas respondidas.

## **20. RECOMENDAÇÕES**

### **Aos Juízes**

- a) observar o estabelecido na Resolução Administrativa TST nº 1470/2011 quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso;
- b) adotar o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- c) observar as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013 no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico [sentenças.dsst@mte.gov.br](mailto:sentenças.dsst@mte.gov.br) do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico [insalubridade@tst.jus.br](mailto:insalubridade@tst.jus.br), a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;
- d) observar as recomendações e provimentos editados pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT SCR nº 004/2019 (Projeto



Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, fato não ocorrido, por exemplo nos processos 0130300-80.2015.5.13.0020, 0000400-88.2008.5.13.0020, 0000295-62.2018.5.13.0020;

e) incluir em pauta processos na fase de execução em que se verifique potencial conciliatório (art. 108, II, da Consolidação dos Provimentos da CGJT);

f) determinar a remessa dos autos ao arquivo provisório quando exauridas as tentativas de satisfação da dívida sem manifestação do exequente (art. 117 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);

g) diligenciar nos processos em execução encaminhados ao arquivo provisório em decorrência do deferimento da recuperação judicial, de modo que, com o seu encerramento ou com o encerramento da quebra em que ela tenha sido convocada (art. 156 e seguintes da Lei 11.101/2005), seja retomado o prosseguimento, para cobrança dos créditos que não tenham sido totalmente satisfeitos (art. 114 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);

h) visitar os processos que se encontram em arquivo provisório com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas por meio da utilização dos sistemas Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serasajud, CNIB, CENSEC, dentre outros, conforme disciplinamento do art. 108, III, da Consolidação dos Provimentos da CGJT;

i) incrementar o uso dos sistemas eletrônicos (Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serasajud, CNIB, CENSEC, dentre outros), de forma a buscar reduzir o tempo de duração do processo na fase execução;

j) determinar a suspensão/ sobrestamento por reunião, quando se tratar de processos com execução habilitada em processos-piloto que tramitam na Central Regional de Efetividade;



k) observar, quando da apreciação das minutas de despachos/decisões/sentenças, se há necessidade de expedição de intimação às partes, e, também, o prazo inserido, evitando-se a elaboração de intimações automáticas que porventura atrasem a marcha processual, a exemplo do ocorrido nos processos 0000128-26.2019.5.13.0015, 0000339-89.2020.5.13.0027, 0000286-90.2020.5.13.0033.

#### **Ao Diretor de Secretaria**

- a) monitorar os relatórios fornecidos pelo Hórus e e-Gestão, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade e corrigi-las;
- b) observar as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;
- c) orientar a equipe a dispensar maior atenção quando do cumprimento das determinações de alteração/exclusão da parte executada no BNDT;
- d) incentivar a equipe a executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados.

#### **Aos servidores**

- a) proceder ao lançamento, com regularidade, no sistema PJe, dos pagamentos e levantamentos de créditos trabalhistas, inclusive daqueles decorrentes do pagamento de acordos, bem como os recolhimentos fiscais, previdenciários e de custas, tanto na fase de conhecimento como na de execução, evitando o ocorrido nos processos 0000150-93.2020.5.13.0033, 0000386-89.2017.5.13.0020, 0000378-05.2019.5.13.0033, por exemplo;
- b) dispensar mais atenção quando do cumprimento das determinações judiciais relativas à inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT;



c) executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados;

d) ter atenção com a opção de intimação automática quando da elaboração de minutas de despachos/decisões/sentenças, e, também, o prazo a ser inserido, evitando-se a elaboração de intimações automáticas que porventura atrasem a marcha processual, evitando-se o ocorrido, por exemplo, nos processos 0000128-26.2019.5.13.0015, 0000339-89.2020.5.13.0027, 0000286-90.2020.5.13.0033.

## 21. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Corregedoria Regional se solidariza com todos os integrantes da unidade judiciária, servidores e magistrados, em virtude da perda do magistrado João Agra Tavares de Sales, que esteve à frente da 2ª Vara do Trabalho de Santa Rita desde a criação em 2019.

O Desembargador Corregedor ressalta que a 2ª Vara do Trabalho de Santa Rita permanece funcionando em plena regularidade, sempre buscando a otimização de rotinas procedimentais, a fim de acelerar a prestação jurisdicional e alcançar os objetivos de fundamental importância estratégica para o Regional, o que é claramente evidenciado pelo cumprimento parcial da Meta 1/2021 do CNJ (**103,96%**), não atingida em 2020 (**68,51%**).

O Corregedor pontua, com satisfação, o excelente índice de conciliação (**49,59%**), acima da meta do Regional (**38,5%**) para este ano de 2021, o que reflete no cumprimento parcial da Meta 3 do CNJ, que vem apresentando o percentual de **128,79%**, que também foi alcançada no exercício de 2020 (**143,99%**), pelo que parabeniza a equipe e recomenda a manutenção do desempenho até o final deste exercício.



Registra que a Meta 5/2021 vem alcançando o percentual **93,28%** e apresentando uma redução significativa das taxas de congestionamento nas fases de conhecimento – de **91,44%** em janeiro para **49,01%** em agosto – e de execução – de **94,55%** em janeiro para **37,92%** em agosto – o que demonstra o comprometimento da unidade correicionada em relação aos indicadores estabelecidos no Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho, motivo pelo qual recomenda à equipe que envide esforços para o atingimento da referida meta até o final deste exercício, cujo índice almejado pelo Regional é de **26,4%** na fase de conhecimento e de **65,12%**, na fase de execução.

Noutro norte, registra o Corregedor preocupação com a pauta de audiências de instrução - já no mês de fevereiro de 2022 (cada juiz está fazendo em outubro 1 pauta de instrução por semana com cerca de 4 a 5 processos), reflexo do período com baixo volume de audiências, como detalhado pelo juiz substituto no exercício da titularidade quando da prestação de informações do observatório.

Afigura-se necessário um planejamento eficiente levando em consideração a projeção de casos novos até 10/12/2021, a quantidade de pautas realizadas semanalmente e a quantidade de processos em cada pauta.

Há que se mencionar, também, a existência de processos com instrução encerrada conclusos para julgamento com prazo vencido (item 90393), fato que, além de trazer prejuízos aos jurisdicionados, também repercute negativamente no Igest (Taxa de conclusos com o prazo vencido - I03 e Acervo - M01), implicando no aumento dos prazos médios, recomendando-se que sejam prolatadas com urgência pelo magistrado José Guilherme Marques Júnior.

Diante dessas considerações, o Desembargador Corregedor enaltece a qualidade da atividade judicial desempenhada pelos integrantes da 2ª Vara do Trabalho de Santa Rita, ao tempo em que reconhece a dedicação e o



comprometimento da equipe para acelerar a prestação jurisdicional e fornecer atendimento de qualidade aos jurisdicionados.

Nada mais havendo a tratar, tem-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Talita Simões Leão, Secretária da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pelo Desembargador Corregedor, que deixa assinado o prazo de 8 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, apresentar suas considerações. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, não havendo outra providência a ser tomada, archive-se.

A presente Ata será publicada no DA-e e DEJT, e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

**THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE**  
**Desembargador Vice-Presidente e Corregedor**



## VISTOS

0000134-42.2020.5.13.0033	0005100-20.2011.5.13.0015	0000347-82.2019.5.13.0033
0000168-17.2020.5.13.0033	0000294-67.2020.5.13.0033	0000434-38.2019.5.13.0033
0027900-08.2012.5.13.0015	0130556-23.2015.5.13.0020	0000286-90.2020.5.13.0033
0000214-06.2020.5.13.0033	0000111-87.2019.5.13.0015	0000465-24.2020.5.13.0033
0001182-37.2017.5.13.0002	0000430-98.2019.5.13.0033	0130449-91.2015.5.13.0015
0000434-82.2016.5.13.0020	0020500-59.2011.5.13.0020	0000365-16.2017.5.13.0020
0000257-74.2019.5.13.0033	0000389-34.2019.5.13.0033	0130482-66.2015.5.13.0020
0000284-57.2019.5.13.0033	0000149-02.2019.5.13.0015	0000241-86.2020.5.13.0033
0000264-32.2020.5.13.0033	0000102-37.2020.5.13.0033	0000042-89.2018.5.13.0015
0000119-98.2018.5.13.0015	0000336-44.2018.5.13.0015	

## DESPACHOS CORREICIONAIS

0130207-06.2013.5.13.0015	0000128-26.2019.5.13.0015	0000339-89.2020.5.13.0027
0000561-64.2018.5.13.0015	0000050-85.2017.5.13.0020	0000419-69.2019.5.13.0033
0000138-70.2019.5.13.0015	0000150-93.2020.5.13.0033	0000386-89.2017.5.13.0020
0000053-40.2017.5.13.0020	0000135-27.2020.5.13.0033	0013400-19.2012.5.13.0020
0000316-28.2020.5.13.0033	0000007-66.2017.5.13.0015	0000475-68.2020.5.13.0033
0000378-05.2019.5.13.0033	0000189-03.2018.5.13.0020	0000278-16.2020.5.13.0033
0000517-45.2018.5.13.0015	0130459-23.2015.5.13.0020	0000237-83.2019.5.13.0033